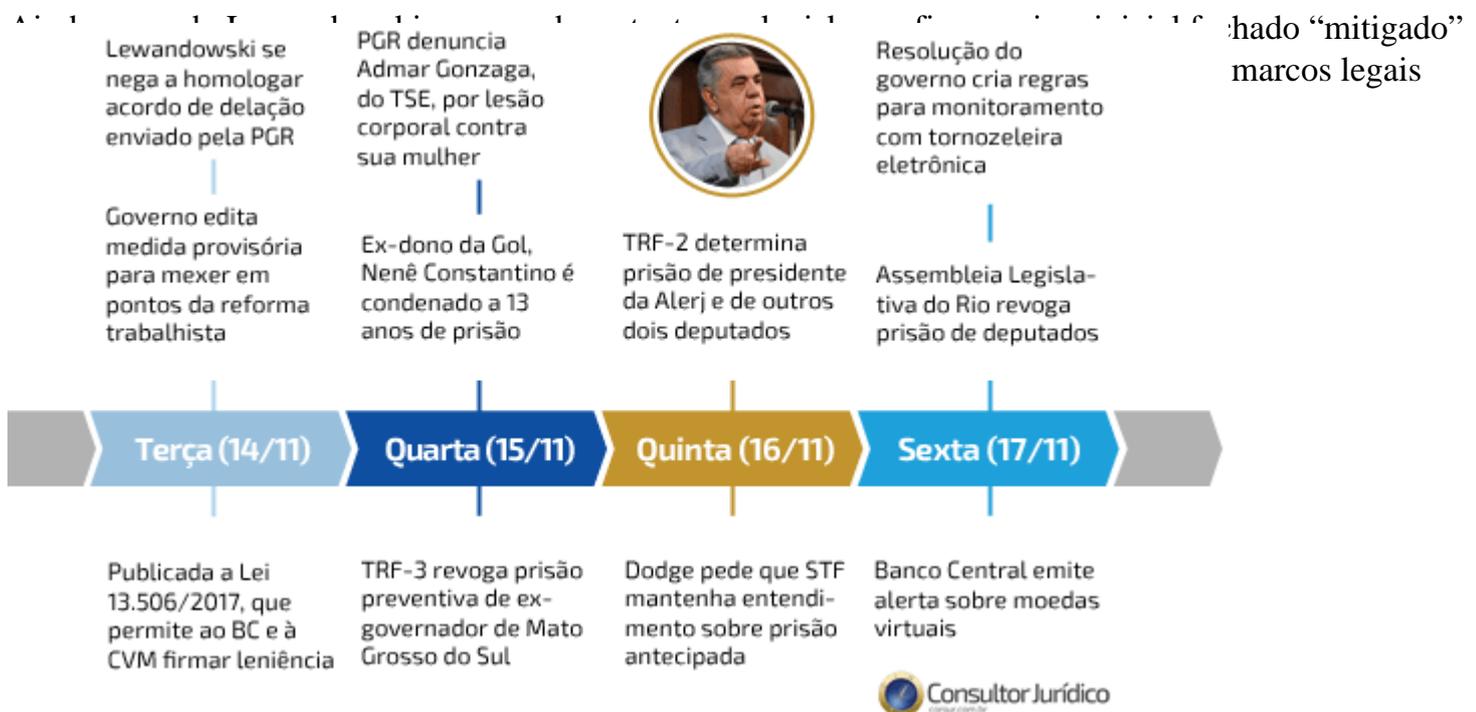


Resumo da Semana: Decisão que impede ao MP prever perdão de delator foi destaque

A decisão que mais abalou o mundo jurídico nesta semana foi [assinada pelo ministro Ricardo Lewandowski](#), do Supremo Tribunal Federal: ele se negou a homologar acordo de delação premiada enviado à corte pela Procuradoria-Geral da República. O termo, assinado com o publicitário Renato Barbosa Rodrigues Pereira em investigação sobre crimes eleitorais, estipulava perdão judicial para vários delitos mesmo antes de ação penal.

Para o ministro, a PGR tentou substituir, “e de forma antecipada”, o Judiciário. Ele afirmou que, embora a Lei das Organizações Criminosas autorize o benefício, cabe ao Ministério Público apenas encaminhar pedido ao juiz.



Reforma da reforma

A reforma trabalhista [entrou em vigor no dia 11 de novembro](#), alterando mais de cem artigos da CLT e a rotina de juízes e advogados. Três dias depois, já foi alterada por meio de [medida provisória](#): o governo federal ajustou pontos para impedir que grávidas trabalhem em ambientes insalubres e mudar indenizações por dano moral — a base de cálculo passa a ser o valor dos benefícios pagos pela Previdência Social ao empregado vencedor da ação.

No mesmo dia em que a lei passou a valer, a 3ª Vara do Trabalho de Ilhéus (BA) [condenou um trabalhador](#)

a pagar R\$ 8,5 mil ao empregador por ter considerado que houve má-fé nos pedidos ajuizados.

Anuidades congeladas

Pelo menos 11 seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil definiram que manterão o valor da anuidade no próximo ano: [Santa Catarina](#), [São Paulo](#), [Rio Grande do Sul](#), [Rio de Janeiro](#), [Minas Gerais](#), [Goiás](#), [Distrito Federal](#), [Pernambuco](#), [Paraná](#), [Espírito Santo](#) e [Mato Grosso do Sul](#).

Negociação possível

Foi sancionada a Lei 13.506/2017, que [permite ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários firmarem acordos de leniência](#). O texto define infrações, penas, medidas coercitivas e meios alternativos de solução de controvérsias aplicáveis aos bancos e outras instituições supervisionadas pelos dois órgãos. As multas podem chegar a R\$ 50 milhões, no caso da CVM, e a R\$ 2 bilhões, se definidas pelo BC.



ENTREVISTA DA SEMANA

O juiz **André Tredinnick**, do Rio de Janeiro, [relata à ConJur](#) como aplica técnica para resolver conflitos como partilha de bens em um divórcio e disputa pela guarda de filho: a constelação familiar.

A ideia é que, até por meio de bonecos, os litigantes compreendam a origem de seus desentendimentos e busquem encontrar uma saída amigável. Ele montou uma equipe de especialistas no assunto para conduzir sessões com base na técnica, criada pelo alemão Bert Hellinger.

**2,4 milhões**número de visualizações
de página na ConJur**805,1 mil**número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

RANKING

A notícia mais lida da **ConJur**, com 43,7 mil acessos, foi sobre [mudança na Lei Maria da Penha](#). A Lei 13.505/2017 fixa que toda mulher vítima de violência doméstica e familiar tem direito a atendimento policial especializado, ininterrupto e prestado preferencialmente por servidores do sexo feminino.

Foi vetado trecho que permitiria à autoridade policial conceder medidas protetivas de urgência.

Com 42,2 mil visitas, ficou em segundo lugar a [coluna "Senso Incomum" sobre a reforma trabalhista](#). O jurista Lenio Streck escreve que a nova norma “cai em um paradoxo ao pretender impor, por lei, a ineficácia da própria lei”. “Na perspectiva constitucional — e Constituição é norma —, a defesa de um *laissez-faire* trabalhista é escancaradamente desvinculada dos ditames constitucionais”, diz.

As 10 mais lidas

[Lei muda Maria da Penha, sem permitir medida protetiva por delegado](#)

[Coluna “Senso Incomum”: E o filósofo perguntou: por que americanos não vêm curtir nossa CLT?](#)

[Para juíza de SP, acusado que fica em silêncio em abordagem assume crime](#)

[Judiciário não pode proibir curso de tecnólogo em Serviços Jurídicos, diz juiz](#)

[Calculadora de prazos terá contagem de dias segundo a reforma trabalhista](#)

[Em vigor, reforma trabalhista deve mudar rotina de advogados e juízes](#)

[Coluna “MP no Debate”: PEC 181 penaliza vítimas de estupro](#)

[Juiz que decretou prisão de testemunha é denunciado por abuso de autoridade](#)



Coluna “Direito Comparado”: Pós-graduação em Direito no Brasil: o universal pelo regional
Baseado na reforma trabalhista, juiz condena trabalhador por má-fé

Manchetes da Semana

STF impede estabelecer regime prisional com base em caráter hediondo do crime

Cabe agravo de instrumento em alegações de incompetência, afirma STJ

Servidor não pode impedir que órgão divulgue seu salário

Cabe ao autor escolher foro de processo contra empresa com ramificação nacional

PGR não pode oferecer perdão judicial em acordos de delação, decide Lewandowski

Oferta de emprego não é condição para ir para o regime aberto, decide TJ-RS

Insalubridade deve ser paga integralmente mesmo em jornada reduzida

Pagamento de custas em guia com código de TRT incorreto não invalida recurso

Empresa deve seguir normas coletivas do local de prestação dos serviços

Entrevista – André Tredinnick: “Judiciário exerce poder autoritário na sociedade sem promover pacificação”

Para juíza de SP, acusado que fica em silêncio em abordagem assume crime

Meta Fields